


Chico de Oliveira:

O “lulismo” **anula** a luta de classes



Em entrevista ao *JE*, o professor Francisco de Oliveira fala o que pensa de Lula, do PT, do que resta à esquerda fazer nesta conjuntura política, que ele compreende como a de “uma hegemonia às avessas”. Isto é, em suas palavras: “você vence o inimigo e entrega a ele a rapadura”. Sociólogo e professor aposentado da USP, Chico de Oliveira, como é mais conhecido, fala das características do desenvolvimento do capitalismo fora dos EUA e da Inglaterra, e coloca em pauta uma questão crucial: o “lulismo” cancela o conflito de classes, tentando mostrar ser possível atenuar a miséria e a pobreza sem mexer nos lucros e interesses fundamentais do capitalismo. Será mesmo? E o que fazer? As respostas estão em sua entrevista.

7

3

Carta do Corecon a Lula
Pela retomada
do crescimento

5

Taule e a
autogestão

11

Trabalho
e emancipação
em Marx

editorial

Um intelectual cangaceiro

■ Com a sabedoria de seus mais de 70 anos bem vividos, mesmo que à custa de algumas cápsulas e comprimidos que lhe mantêm o equilíbrio entre a saúde e algumas enfermidades típicas da idade, o professor Francisco de Oliveira conversou com o *JE* quando esteve no Rio, no início de janeiro, para participar de um seminário sobre o desenvolvimento no Brasil e na América Latina, tema mais do que atual na contemporaneidade.

Nos anos 70, na apresentação de um de seus trabalhos mais conhecidos – *Elegia de uma Re(li)gião* –, de 1977, o professor Chico de Oliveira, como é mais conhecido, foi apresentado pelo filósofo José Arthur Giannotti como um “intelectual cangaceiro, que nos desafia a pensar melhor”.

Apesar dos novos tempos, das mudanças que marcaram a trajetória de cada um destes intelectuais, Chico de Oliveira mantém-se fiel à sina de um pensador independente, fora dos padrões tradicionais, arremessando duras palavras contra tudo o que fira suas convicções. Entre elas, a de que o socialismo é uma meta possível, ainda a ser conquistada.

Segundo ele, de toda a perspectiva de mudança traçada naqueles anos 70, em que ele próprio achou ser possível construir uma nação socialista, sobraram os sonhos. “E, felizmente, o sonho é mais forte do que a realidade”, disse, advertindo que estamos em “uma quadra e um ciclo de derrotas”, onde “à esquerda tem muitas poucas chances, no Brasil, e, agora, sobretudo, pelo fato de que Lula se reafirma como ‘pai dos pobres’ e de que a esquerda está confinada”.

E o que fazer? É o que nos conta o professor e sociólogo, que marcou presença no último período eleitoral remando contra a maré da conjuntura, contra maiorias, mas sem perder a noção de que a “missão da esquerda continua sendo a mesma de sempre: lutar pela igualdade, não esperar a revolução socialista ou o que quer que seja para agir. É difícil, hoje, porque Lula converteu-se num mito e o mito é anti-político. Todo mito é uma negação da política”. E mais: “Lula converteu-se, realmente, no garantidor do capitalismo, o que é uma miséria”.

A conferir, nas páginas centrais desta edição.

SUMÁRIO

3 Carta a Lula pelo desenvolvimento

5 Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Tauile: tecnologia e autogestão7 Entrevista - Chico de Oliveira
A hegemonia às avessas: o mito de Lula é antipolítico11 Prêmio de Monografia Celso Furtado
Trabalho e emancipação em Marx14 Fórum Popular do Orçamento
Rio não previu gastos para dengue

16 Vencedores do Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico Anuidades 2007

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Reportagem:** Rebecca Ramos • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Carta a Lula

Ofício nº 001/07 – Presidência

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2007

Exmº Sr. Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
70100-000 Brasília-DF

Presidente do Corecon-RJ envia carta ao Presidente Lula, cumprimentando-o pela reeleição, por iniciativas como o Mercosul e a liderança dos países subdesenvolvidos nas negociações internacionais, mas cobrando a adoção de medidas para que o país volte a crescer. É a seguinte a íntegra do documento.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Os Conselhos Regionais de Economia do Rio de Janeiro, Bahia, Brasília, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e o Conselho Federal de Economia, entidades fiscalizadoras do exercício profissional dos economistas, vêm pela presente cumprimentar Vossa Excelência pela reeleição e desejar-lhe pleno sucesso no seu segundo mandato como Presidente da República.

Gostaríamos igualmente de mencionar, como importantes, iniciativas adotadas no seu primeiro mandato tais como a resistência às pressões em favor da ALCA, a liderança dos países subdesenvolvidos nas negociações da Organização Mundial do Comércio e o esforço no sentido de, a partir do Mercosul, promover a integração econômica das nações da América do Sul.

Esse esforço deve permanecer, mas acompanhado, cada vez mais, por providências destinadas a consolidar as condições básicas - cambial, fiscal e monetária - indispensáveis à re colocação do país na trilha do crescimento acelerado, com taxa anual de incremento do PIB não inferior a 7%.

A necessidade de retomar o desenvolvimento como complemento às medidas de curto prazo implementadas nos últimos quatro anos foi re-

conhecida na Carta de Florianópolis, aprovada por unanimidade no XVI Congresso Brasileiro de Economistas, em outubro de 2005, sob o título: “Necessidade de uma Visão de Longo Prazo para a Economia Brasileira”, conforme transcrevemos:

“Presentemente se afirma que a economia vai bem porque (...) a dívida pública continua sob controle, a inflação está em baixa e as exportações crescem rapidamente. No entanto, estimativas indicam que o país não terá uma taxa média anual de crescimento do PIB no período 2003-2006 superior à taxa média registrada nas duas últimas décadas e meia”.

“Na verdade, para que seja considerada satisfatória a situação da economia brasileira, o país deveria estar crescendo a 7% ao ano, resultado que registrou no passado, durante 30 anos. Vale destacar que essa taxa é atualmente igualada ou superada por países em condições inferiores às nossas, em termos de disponibilidade de recursos naturais, população e território”.

Os debates e análises ocorridos no XVI Congresso Brasileiro de Economistas concluíram pela urgente necessidade de recuperar a visão de longo prazo, na formulação e implementação de políticas econômicas para o país.

O longo período de semi-estagnação do país determinou distorções que não poderão ser corrigidas em curto prazo, tal como a elevada carga tributária, o desequilíbrio na Previdência, os déficits fiscais e a deterioração da infra-estrutura econômica. Duas medidas de curto prazo podem e devem, todavia, ser desde logo implementadas. A literatura sobre o desenvolvimento mostra, inclusive, que elas serão mais eficazes e melhor aceitas se adotadas, tão cedo quanto possível, no primeiro ano de Governo. São elas: a correção da altíssima taxa de juros e da sobrevalorização do real em relação ao dólar.

Os altos juros, que constituem obstáculo fundamental à superação da semi-estagnação que vitima o país, têm sido justificados como forma de

evitar a volta da inflação acelerada. Se bem que seja a taxa de juros habitualmente utilizada com tal objetivo nos países desenvolvidos, o relatório "Trade and Development Report, 2006", da Conferência para Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD na sigla inglesa) mostra que economias emergentes como as da China, Argentina e diversos países asiáticos têm combinado crescimento acelerado e estabilidade de preços com juros baixos, mantendo as pressões inflacionárias sob controle por meio de instrumentos não-monetários. A China, por exemplo, adotou políticas de rendimento capazes de evitar a aceleração injustificada na remuneração de agentes econômicos, controle de preços e intervenção direta nos preços básicos de energia, transportes e serviços e, no caso argentino, foram implementados acordos de moderação de preços, restrições às exportações de alguns bens, ambos de caráter temporário, e concessão de aumentos salariais condicionada à elevação da produtividade. Além desses mecanismos, adoção de política fiscal adequada e restrições às vendas a crédito, quando necessárias, também são aplicáveis.

A sobrevalorização do real vem dificultando exportações de maior refinamento e alto valor adicionado por trabalhador, causando, além disso, graves prejuízos para setores que seriam perfeitamente competitivos em condições de taxas normais de câmbio. O Banco Central dispõe de instrumentos que, se usados corajosamente, poderão resolver o proble-

ma em curtíssimo prazo. A experiência passada brasileira mostra que a pressão inflacionária porventura resultante das medidas adotadas é limitada e de curta duração.

Senhor Presidente, os signatários do presente documento estão convencidos que a estagnação que marcou a economia brasileira, nos últimos vinte e cinco anos, não só constitui a causa fundamental dos graves problemas econômicos e sociais do país, como acreditam que estes só serão resolvidos com a retomada do crescimento no ritmo que marcou o passado do país e é atualmente reproduzido em grande número de economias emergentes.

Confiantes que Vossa Excelência adotará no seu segundo mandato política desenvolvimentista, cuja viabilidade deverá ser garantida pelas medidas econômicas já implementadas e outras que reclamam urgente implementação.

Subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

João Paulo de Almeida Magalhães
Presidente do Corecon-RJ

Corecon-RJ em Cuba

O professor João Paulo de Almeida Magalhães, presidente do Corecon-RJ e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED), estará no início de fevereiro em Havana, Cuba, participando do IX Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento.

Ele leva a proposta de criação de um Núcleo de Pensamento Crítico na América Latina, que terá por meta a aglutinação e debate de propostas para o desenvolvimento da região, de modo a atender as demandas das sociedades latinoamericanas em prol de um desenvolvimento longo, sustentável e democrático.

Diz a proposta encaminhada pelo Corecon-RJ:

"O Núcleo de Pensamento Crítico na América Latina deverá reunir economistas do mais alto nível disponível na região, com capacidade ou vocação para formulações teóricas. A eles deveriam ser agregados especialistas estrangeiros com contribuições significativas para a Economia do Desenvolvimento. E como dificilmente se conseguiria na América Latina contribuições financeiras voluntárias suficientes para a montagem dos Núcleos, pelo menos na primeira fase, os Governos deveriam arcar com os custos da entidade.

Se é claramente indispensável a criação de Núcleo de Pensamento Crítico, capaz de romper com o pensamento único e as políticas econômicas nocivas por este patrocinadas, nem por isso a iniciativa deixa de enfrentar sérias resistências. Decorrem estas seja da inadequada percepção das conseqüências negativas do pensamento único, seja da resistência dos interessados na continuidade da situação presente. Caso exemplar é o do Consenso de Washington Ampliado".

Na próxima edição, o *JE* trará informações sobre os resultados e encaminhamentos do encontro de economistas, na capital cubana.



POUSADA VILLA HARMONIA

Venha descansar nesta cidade mágica e festeira. Nossos apartamentos possuem ar-condicionado, ventilador de teto, tv com canal de filmes, frigobar, camas king size, telefone, cofre. Oferecemos café da manhã em buffet self-service, piscina, sala de leitura, sala de tv e dvd, estacionamento.

DESCONTO DE 20% PARA ECONOMISTAS REGISTRADOS.

Tecnologia e autogestão segundo José Ricardo Tauile

O texto a seguir contribui para a discussão e a constituição da memória social sobre o legado prático e teórico do economista José Ricardo Tauile, falecido no último 10 de dezembro.

■ Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Diretor da FASE

O professor Tauile destacou a radical transformação no modo de produção capitalista na contemporaneidade, na chave das tecnologias de organização social da produção. A economia política, posta sob a ótica do registro crítico, se destaca no esforço clássico do marxismo para superar o caráter abstrato da ciência que busca dar conta das metamorfoses da produção da riqueza.

O processo de universalização das trocas e da divisão do trabalho se escreve, na crítica da economia política, através do caráter processual social e historicamente determinado do modo de produção capitalista.

O economista político José Ricardo Tauile radicalizou a busca da atualização da leitura crítica científica das metamorfoses da geração do excedente, suas formas técnico-produtivas, simbólicas e jurídicas, conformando um quadro de pesquisa com foco na atualização da leitura do espaço da acumulação de capital, como expressão das relações entre capital e trabalho.

Como essa leitura se sustenta, face ao processo de crise do projeto socialista e de reafirmação de uma dinâmica de produção da riqueza abstrata ininterrupta e globalizada? A pesquisa científica e

desenvolvimento teórico da economia política na interrogação da dinâmica do capitalismo reestruturado sob o signo da revolução da informação, da metamorfose das formas técnico-produtivas, institucionais e organizacionais do capitalismo na contemporaneidade, estão no centro da atividade do professor José Ricardo Tauile, do Instituto de Economia da Universidade federal do Rio de Janeiro. Elaborando teoricamente as questões orientadoras e formulando as hipóteses sobre a transformação conceitual da tecnologia na sua relação com o mundo do trabalho, no terreno dos processos concretos de produção, a sua formação em engenharia e em economia política se combinou com a posição de engajamento face ao pólo dos sujeitos da produção da riqueza, a classe trabalhadora.

Na base do modo de produção, o jogo de constituição das forças sociais produtivas como divisão e relação prático-técnica se articula com o sistema das relações de produção. As formas institucionais e de regulação, as mediações jurídicas se projetam como relações de produção como condicionamentos políticos e culturais determinantes para a apropriação da riqueza. Na linha da gênese do capital como modo de produção está a genealogia sócio-política das relações de classe, no desvendamento teórico-analítico realizado por Marx, o economista político

encontra a passagem da subsunção formal e dos modos de transição para o capitalismo como modo de produção que alcança as formas da subsunção real ao longo das revoluções industriais.

Pensar do avesso

Na síntese histórica desses processos desvendados teoricamente no seu momento inglês, temos a definição do historiador Eric Hobsbawm da revolução industrial como sendo uma revolução social. A obra de José Ricardo Tauile, na chave do marxismo, radicaliza a ruptura com o economicismo marxista e com as leituras lógico-formais e das formas de atualização do discurso vulgar, permitindo-lhe se relacionar com a construção do objeto teórico-analítico da passagem da revolução industrial para a revolução tecnológica. Isso, sem perda da referência do conflito constitutivo dos modos de organização, divisão, institucionalização e apropriação da riqueza gerada pelo trabalho vivo na atualidade, sob as formas pós-fordistas.

José Ricardo Tauile, ao se colocar no terreno conceitual do registro crítico dos modos de



reestruturação produtiva, radicalizou o “pensar do avesso”, numa via que articula o pensamento econômico marxista norte-americano (a partir da categoria do excedente e da exploração do trabalho no contexto monopolista), com a escola da regulação francesa, na análise da crise do binômio taylorismo-fordismo, aplicando as leituras críticas sócio-antropológicas acerca da tecnologia.

Mas o avanço da abordagem crítica de Tauile, no desvendamento das metamorfoses das relações entre capital e trabalho, exigiu uma atividade de pesquisa implicada, engajada, com proximidade direta com a vida produtiva, observando os extremos da reestruturação produtiva na indústria,

analisando os impactos gerados pela automação microeletrônica na grande indústria e pela difusão das formas de precarização do trabalho, com a desregulação e a desproteção de direitos. Desta forma, identificando a crise da sociedade salarial no contexto de flexibilidade espúria, destacando o efeito combinado e transversal da relação entre a trajetória das novas tecnologias de comunicação e informação e das novas tecnologias de organização da produção.

O impacto direto no interior da fábrica e na vida social em seu conjunto das transformações só-



cio-produtivas exigia, para o professor Tauile, uma resposta de grande escala que não perdesse de vista os espaços de disputa e mediação, na vida urbana, na cultura e na formação político sindical.

Colocar-se ao lado dos sindicatos e disputar as políticas ativas de desenvolvimento econômico e social eram atividades indissociáveis para o economista político. No espaço das metamorfoses globais e da reestruturação, na chave neoliberal e precarizadora, observa-se o processo que atinge em cheio e limita as possibilidades de um pro-

jeto de desenvolvimento nacional autônomo. A reestruturação neoliberal, paradoxalmente, revela aos trabalhadores o caráter espoliador do capital na exploração das relações de cooperação sócio-produtiva por ele realizadas, subordinadas na forma alienada do pacto salarial, sob a hegemonia do capital.

O trabalho subordinado ao ser impactado pela desproteção precisa reagir, no plano do conhecimento dos processos em curso, através da crítica ao fetichismo do mercado e das novas tecnologias. O desvelar da desproteção do trabalho, com a formação do novo regime de acumulação flexível, nos modos brutais de precarização social entram em contradição com os requisitos de cooperação e conhecimento exigidos pela produção global e suas novas forças produtivas em rede, com seus circuitos de financeirização, com sua imposição de padrões de consumo.

Reabrir a práxis coletiva

Pensando do avesso, o programa de pesquisa de Tauile se articula no desvendar dos diferentes terrenos de pesquisa que exigem inovação teórica, criatividade institucional e radicalização da resistência do trabalho, com apropriação crítica do conhecimento e da tecnologia. Os elementos emancipatórios e cooperativos do trabalho se colocam de forma transparente no mundo produtivo. O computador na favela e a gestão cooperativa autônoma do trabalho se desenham como fatores de resistência e sinalizadores de novos possíveis, para fazer frente ao poder combinado da globalização, na chave neoliberal, com a reestruturação na chave da precarização.

As novas tecnologias organizacionais e as novas tecnologias da informação só podem se reescrever pelos sujeitos do trabalho, no terreno da disputa produtiva, ao lado da conformação de uma aliança entre o cientista (acadêmico e pesquisador) e as organizações da classe trabalhadora, entre a universidade e o desejo de luta emancipatória e radicalização da democracia. Ao mesmo tempo em que levantava as questões, José Ricardo Tauile se comprometia, engajava-se como intelectual nas brechas de resistência em que as noções de tecnologia e do trabalho se reabriam conceitual e praticamente, em face de uma crise de hegemonia encoberta pela ideologia do fim do trabalho.

Nas brechas geradas pela resistência cooperativa solidária dos trabalhadores em empresas autogeridas e cooperativas populares, se desenha uma disputa sobre o futuro das relações de produção. Mais do que nunca, o caráter antieconomicista do marxismo se colocava no terreno da nova centralidade do trabalho vivo. O legado vivo de Tauile e da sua equipe do LEMA reabriu na teoria e na pesquisa aplicada ao esforço de acompanhar a criação de novos possíveis para as forças so-



ciais do trabalho, com base na materialidade e na virtualidade das disputas em curso para redefinir o futuro do modo de produção em crise e transformação.

A pesquisa de Tauile vai reabrindo e apoiando a imaginação econômica e sociológica necessária para apoiar o potencial do *viejo topo*, da força criativa do traba-

lho vivo, na busca de superação das relações sociais de produção. Somente a disputa de meios e fins da produção, e da reprodução social por parte da classe trabalhadora, permitirá escapar à nova naturalização darwinista da sua condição de alienação. Somente com a crítica ao fetichismo mercantil e ao discurso tecnológico orientado para pulsão de morte da lógica abstrata e eternizadora do poder do capital, o trabalho emancipatório e a autogestão podem nascer do terreno prático de um setor cooperativo da economia, que alargue a perspectiva de ação dos sujeitos coletivos através de novas formas de mediação sociotécnica e jurídica. É preciso que se reabra a práxis coletiva, como condição de disputa para a socialização da riqueza e a superação dos contextos de desigualdade.

Entrevista

Chico de Oliveira, professor aposentado da USP

Vivemos uma hegemonia às avessas

Em sua passagem pelo Rio, no início de janeiro, para participar de um seminário sobre o desenvolvimento e a democracia na América Latina, o professor Francisco de Oliveira conversou com o *JE* sobre a situação política atual, tanto do Brasil quanto da América Latina. Sociólogo, autor de livros que são referência nos estudos brasileiros, ele, que já ultrapassou os 70 anos, permanece afiado em sua verve, sem abrir mão de sua independência intelectual. Nesta entrevista, Chico de Oliveira, como é mais conhecido, fala de Lula, que, em sua opinião, “converteu-se no garantidor do capitalismo, o que é uma miséria”, de Chávez e da história recente do capitalismo desenvolvido, construída, conforme diz, “a pau, a ferro e a fogo”, isto é, por regimes políticos autoritários, quando não totalitários, que não abriram mão do exercício extremado do poder para garantir o desenvolvimento do capital, do lucro e das extensas desigualdades sociais.

JE – Que cenários são possíveis visualizar no Brasil, com reeleição de Lula, ou na nova América do Sul, após as últimas eleições?

Chico de Oliveira – Na verdade, nova América do Sul resume-se à Venezuela, Bolívia e uma Argentina que resolveu desafiar as regras internacionais, com resultados surpreendentes. Mas não há nova América do Sul na Colômbia e, na América Latina, não há novo México, como não há novo Chile, que está seguindo uma trajetória da chamada “Concertação Democrática”, mas que voltou a ser um país exportador de produ-

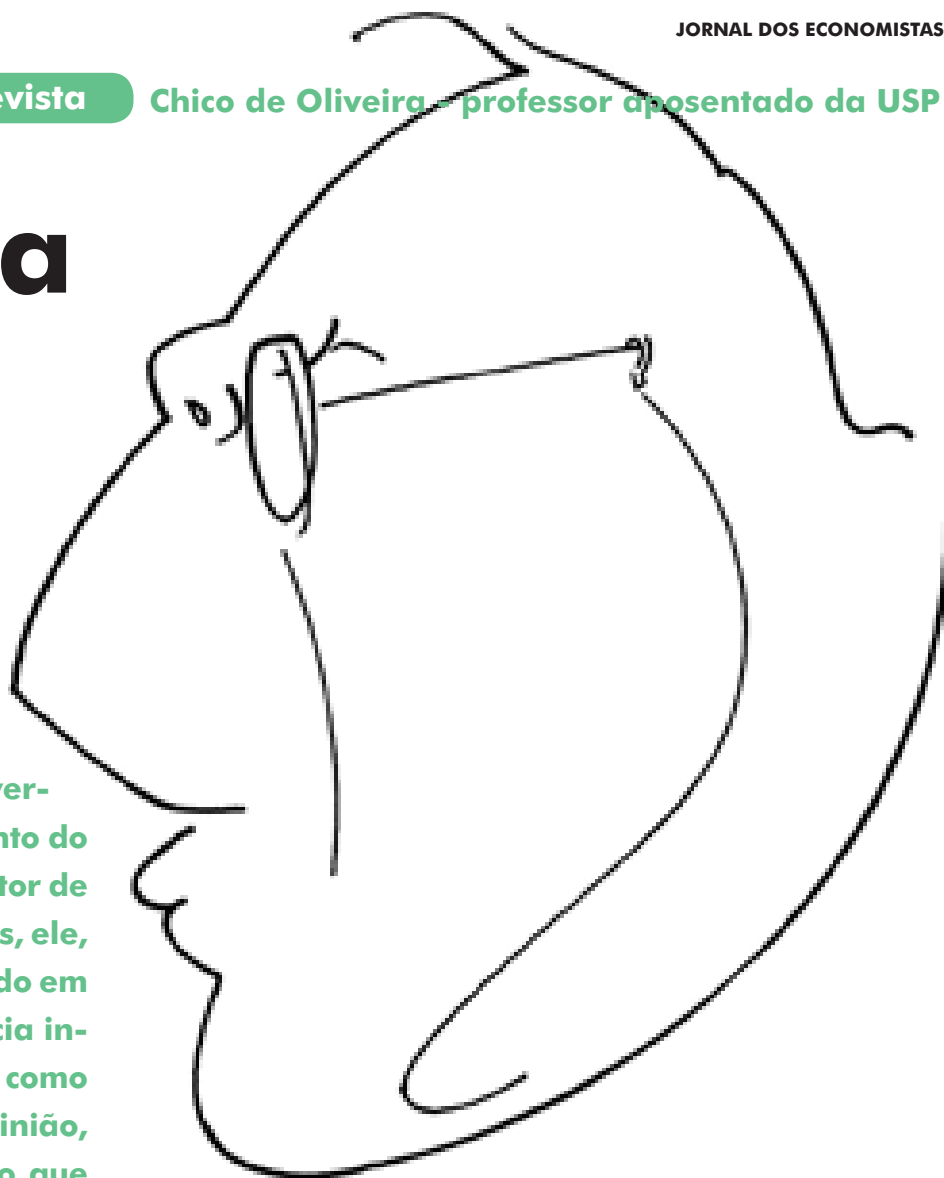
tos primários, teve uma regressão econômica. E o Brasil, que é o país, sem dúvida, com a maior importância, é um rotundo fracasso. Não tem adjetivo que suavize este fracasso, de uma economia que poderia ter um grau de autonomia muito maior do que tem, está inteiramente submetido, constrangido por regras internacionais que ele respeita em demasia. Não sei como as pessoas entram em clima orgástico com um crescimento de 2,5%, quando a tradição brasileira, em regimes que não eram tão abertos, em situações onde oposições do capitalismo inter-

nacional, vamos dizer, claramente, do imperialismo norte-americano, eram muito mais fortes. Lembremos o período de Juscelino, onde a doutrina norte-americana obstaculizou todos os esforços do governo de Kubitschek em estabelecer relações internacionais mais abertas. Apesar disso, o Brasil experimentou ciclos de crescimento notáveis. Não quero falar da ditadura, porque não quero fazer elogio da ditadura, mas o nosso crescimento é medíocre, insuficiente e não tem perspectivas de mudar a curto prazo.

JE – Há quem critique esta posição, chamando-a de direita desenvolvimentista?

Chico de Oliveira – Eles têm razão, do ponto de vista de que foi um período, grande parte dele, feito sob restrições e o constrangimento autoritário. Os 15 anos de Getúlio mais os 20 anos da ditadura militar formam 35 anos, num

período de história de 70 anos, mas isto é uma característica dos países retardatários no sistema capitalista. Grandes economias ocidentais e mundiais cresceram sob impulso de regimes autoritários e, no limite, totalitários. É o caso clássico da Alemanha, da Itália e do Japão. Isto é mais comum na história do capitalismo do que se pensa. A exceção a esta espécie de regra universal são, evidentemente, os EUA e a Inglaterra liberal. Todos outros experimentaram regimes totalitários. Mesmo a França, cujo curso fundamental para modernização da economia foi feita com De Gaulle, de forma bastante autoritária, usando o seu lugar central na política francesa. Mas, desde a 2ª Guerra Mundial, quem fez as nacionalizações foi De Gaulle, quem fez a indústria armamentista estatal francesa foi De Gaulle. Embora isso seja um mito mundial – que a democracia tenha



promovido o desenvolvimento econômico – na verdade é o contrário. O desenvolvimento econômico capitalista foi feito, na grande maioria dos países, a pau, ferro e fogo. Isso não é um elogio à ditadura, isso é a compreensão de que o desenvolvimento capitalista é um processo de rupturas muito graves e muito poderosas. E o capitalismo, apesar do elogio da democracia, que hoje é comum, banal, nunca logrou sistemas políticos efetivamente capazes de fazer desenvolvimento econômico e redistribuir renda. Isso é outro mito. A democracia não é um regime capaz de promover desenvolvimento. Aviso para que não me considerem autoritário, adepto de ditaduras. É que o desenvolvimento é um processo de rupturas profundas: ou se faz ou não há desenvolvimento. Por isso, é mais comum na história do capitalismo desenvolvido, que tenham sido ditaduras e regimes fortemente autoritários que promoveram o desenvolvimento econômico. O Japão é outro caso. O Japão sem o general McArthur estaria hoje na mão dos samurais. Todos os outros casos, da Ásia que deu lugar aos chamados países emergentes, são histórias de regimes fortemente autoritários, de ditaduras pra valer. O Brasil está dentro desta escala, deste paradigma.

JE – Em uma de suas últimas entrevistas o senhor defendeu o papel e o poder de pressão dos movimentos sociais sobre o Governo Lula, no segundo mandato. Como é possível isto?

Chico de Oliveira – Não é possível. Em outubro, ponderei e achei que como Lula estava dependendo dos votos da esquerda e dos movimentos sociais para assegurar o segundo turno, e que não se poderia ficar indiferente a uma opção entre tuanos e o PT. Acharo que havia uma nova chance, que o jogo tinha reco-

meçado em outras condições e que Lula, agora, dependia do voto da esquerda (votou no Lula, não nego), dei aquela entrevista em que disse porque votava no Lula. Mas ele se encarregou de, em pouco tempo, jogar as ilusões na lata do lixo.

JE – Mas a partida já está decidida ou há ainda espaços para os movimentos sociais?

Chico de Oliveira – Não, não existe. **Movimentos sociais a gente fala assim, de forma pomposa, mas, na verdade, só existe o MST. Não existem movimentos sociais de outros setores, organizados, com capacidade de pressionar qualquer governo. Só existe o MST e, mesmo o MST é um movimento não amarrado ao governo, de forma subserviente, mas quem financia os assentamentos é o governo, e o governo faz este jogo de gato e rato com o MST, todo o tempo. O grau de autonomia e de liberdade que o MST tem para fazer movimentos, hoje, é muito mais baixo do que foi no passado. Além do que é um movimento condenado à extinção.** Não por qualquer erro básico, mas simplesmente porque na medida em que ele conseguir os assentamentos ele se extinguirá.

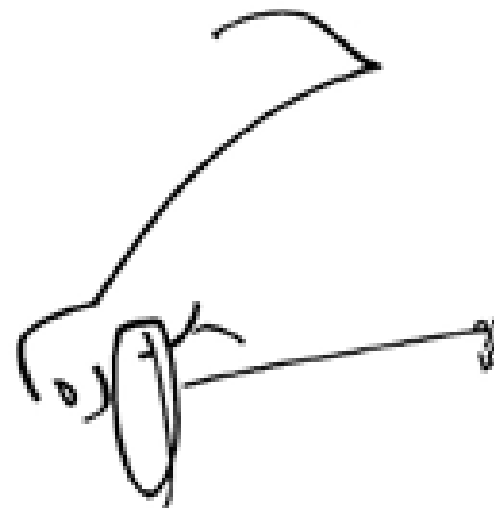
JE – E o que aconteceu com os movimentos sociais? Houve refluxo, cooptações ou não souberam conquistar as novas gerações?

Chico de Oliveira – Refluxo, talvez, é uma palavra que possa ser empregada. O fato é o seguinte: a maior parte dos movimentos sociais era muito impulsionada pelo amplo movimento de democratização. A ditadura era um inimigo visível, localizável e isso fez com que ela se

tornasse um alvo reconhecível para os movimentos sociais. O regime democrático tirou esse lado que facilitava a formação das oposições. De outro lado, o desenvolvimento capitalista muda as correlações de forças políticas. O tema da reforma agrária, por exemplo, a quem comove? Às classes médias urbanas? De jeito nenhum. Elas vão muito bem, obrigado, e não há um item da produção camponesa organizada pelo MST que esteja na sua mesa de consumo, nem na minha. Antes, havia, se tinha que correr atrás da produção de farinha de mandioca, que era tipicamente camponesa; tinha que correr atrás da produção de feijão, que, na maior parte do Brasil, era camponesa. E isso dava base para as reivindicações...

JE – E a agricultura familiar?

Chico de Oliveira – A agricultura familiar foi vencida pela agricultura capitalista, que venceu a guerra. Imagina se, na minha geração, alguém dissesse que o Brasil seria o primeiro exportador mundial de carne. Se iria rir na cara do sujeito. Hoje, o Brasil é o primeiro exportador mundial de carne bovina. Quer dizer, em um país faminto, se tem uma economia agrícola moderna, capitalista, que é a primeira, no mundo, em exportação, e que é uma das primeiras do mundo em produção. Se tem uma economia capitalista moderna, que está entre as primeiras produtoras mundiais de grãos. Isso, nos anos 50, era impensável. Então, não há base material. A base material é outra. O capitalismo venceu a luta pela agricultura. Ele ganhou e, com isso, tirou o tapete das reivindicações camponesas. A agricultura familiar, nos termos que o MST propõe, uma agricultura sustentável ecologicamente, sadia, essa agricultura não tem condições de concorrer com a agricultura capitalista, que é predatória. Basta ver



o estado de Mato Grosso, que está acabando com o Xingu, porque é o estado mais importante na produção de soja, no Brasil; o maior produtor mundial de soja é o senhor Blairo Maggi, que é do antigo Partido Comunista. Daí se vê em que enrascada nos metemos.

JE – E como ficam os ensinamentos marxistas, de que quanto mais avanços o capitalismo promove, maiores resistências ele constitui à sua própria trajetória?

Chico de Oliveira – Isso é uma tese geral, da história, que o marxismo como que descobriu, digamos, mas isso não é uma regra que possa ser aplicada a cada conjuntura. Há conjunturas em que isso se atenua muito. É, precisamente, o caso brasileiro. Estamos em um ciclo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura que tem pelo menos uns 50 anos, desde a ditadura militar. Esses recordes de exportação não são devidos ao governo Lula, ao governo Fernando Henrique. Eles são devidos, em primeiro lugar, a Juscelino Kubitschek, que abriu estradas e buscou oferta de terras à disposição. Em segundo lugar, à política de créditos da ditadura, que jogou o Banco do Brasil em cima da agricultura e, com isso, modernizou, de fato, a agricultura capitalista brasileira. Personagens tipo Ronaldo Caiado, emblemático das classes latifundiárias produtoras, não existiriam sem Juscelino, sem o BB financiando o capitalismo no campo. Fernando Henrique e Lula estão colhendo resultados que foram plantados há 50 anos. É isso que mobilizou a

agricultura brasileira. Tinha-se oferta de terras agricultáveis, fortemente controlada pelos latifundiários, o minifúndio completamente inviável, frente a uma população urbana que crescia aceleradamente. Hoje, mais de 80% da população é urbana e ela tem que alimentar-se. Juscelino lançou as bases, e ele nem estava pensando em agricultura – ele estava pensando no delírio de interiorizar o Brasil. Na verdade, ele atirou em uma coisa e acertou em outra. Abriu espaços, pois, quanto valia um pedaço de terra no Cerrado mineiro ou no goiano? Nada. Com créditos e insumos aquilo se transformou no que os brasileiros antigos gostavam de dizer, celeiro do mundo. E é de fato: o maior exportador mundial de carnes e o segundo ou terceiro maior exportador de grãos.

JE – No prefácio de seu livro "Elegia de uma Re(li)gião", de 1977, o senhor escreve sobre a convicção de se construir, no Brasil, uma nação socialista. O que sobrou disso?

Chico de Oliveira – Sobrou o sonho (risos). E, felizmente, o sonho é mais forte do que a realidade. Mas é uma quadra e um ciclo de derrotas. A esquerda tem muito poucas chances, no Brasil, e, agora, sobretudo, pelo fato de que Lula se reafirma como “pai dos pobres” e a esquerda está confinada. A esquerda é confundida tanto pelas forças dominantes do “lulismo” quanto pelas forças dominantes da direita, com a imprensa misturada, essa esquerda é confundida com a direita. A crítica que a gente faz ao Governo Lula pode ser aproveitada pela direita. Por quê? Porque essa crítica diz que, de fato, o grau de desigualdade aumentou, em vez de diminuir. São mentiras os dados que estão aí sendo manipulados por economistas e especialistas – não está havendo redução da desigualdade nenhuma e se quiser uma entrevista melhor do que a minha procure o Reinaldo Gonçalves...

JE – Mas o Pnad, que é do IBGE, não mostra uma redução dos abismos entre ricos e pobres?

Chico de Oliveira – Não, mostra uma redução dos abismos no item salários, mas não uma redução dos abismos na renda total. Em primeiro lugar, porque a renda total, conceito de distribuição funcional da renda, mostra que esta distribuição piorou, em vez de diminuir. **Há uma regressão na divisão do produto entre lucro e renda do trabalho. Isto piorou e piorou no mundo todo e, no Brasil, a piora foi substancial. O que estão mostrando é outra coisa: dentro das rendas do trabalho, uma ligeira atenuação das desigualdades, mas não da distribuição funcional da renda. Esta piorou. A distribuição funcional da renda, no Brasil, hoje, deve ser algo de 35% para rendas do trabalho e a outra parte para o capital. Já foi quase pau a pau. Isso no mundo todo: há uma piora na distribuição da renda e não uma melhora.** Então, fica este paradoxo. Se tomar o conjunto de assalariados e de rendas do trabalho, aí a distribuição melhorou, mesmo assim, infinitesimal, sem nenhuma condição de criar um mercado interno vigoroso e sem nenhuma condição de melhorar as condições de vida dos estratos mais pobres.

JE – O que fazer, então?

Chico de Oliveira – O que fazer? A velha receita capitalista é melhorar a distribuição de renda. Mas não se melhora a distribuição de renda com mecanismos de mercado. Isso é uma ilusão e uma mentira. Na história do capitalismo moderno a renda só foi melhorada com a criação de instituições que

corrijam as desigualdades. Essa é a grande lição dos 30 anos gloriosos. Foram instituições que controlavam o mercado, e não as que liberavam, que conseguiram a melhoria da distribuição da renda nos países capitalistas importantes. Basta assistir qualquer filme neorealista para ver o que era a Itália que saiu da guerra. Era um país semifeudal. Com o que a Itália tornou-se a quinta economia capitalista mundial? Através de mercado? Não. Através de instituições reguladoras, através da Europa dos 7, é através disso que a Itália conseguiu sair daquela situação. Mesmo a França, que é a luz do Ocidente, o que era a França ao sair da 2ª Guerra Mundial? Era uma economia atrasadíssima. E como é que ela tornou-se a segunda economia da União Européia e a quarta ou quinta economia mundial? Não foi através de livre mercado. Foi através do que De Gaulle fez: a estatização dos meios de produção principais. Mais do que nacionalização, foi estatização. A indústria automobilística francesa tornou-se estatal e empurrou na goela dos capitalistas franceses. É só se tomar nota das grandes empresas francesas ligadas à indústria militar. Marcel Dassault, que fez o *Mirage*, e que era do time de De Gaulle, com todo o apoio do Estado francês, e que lidera ainda hoje o consórcio do *Air Bus*, desafiando em escala mundial os norte-americanos. Todas as grandes empresas francesas, como a France Telecom, eram estatais. O De Gaulle enfiou na goela do poder financeiro para mudar a estrutura, garantindo a demanda com os gastos militares franceses. Em outras palavras, ironicamente, a gente podia dizer que quem modernizou a França foi a guerra do Vietnã (a francesa e não a dos EUA). É assim a história capitalista no Ocidente e no mundo todo.

JE – A sensação que fica é, então, que perdemos a guerra e nesta conjuntura não temos o que fazer. É isto?

Chico de Oliveira – Não, não, não. A missão da esquerda continua sendo a mesma de sempre: lutar pela igualdade, não esperar a revolução socialista ou o que quer que seja para agir. É difícil, hoje, porque o Lula converteu-se num mito e o mito é anti-político. Todo mito é uma negação da política. Esse lugar central do Lula na política brasileira é negativo, do ponto de vista de avanços sociais e políticos. É este ciclo que precisa ser vencido. Trata-se de uma hegemonia às avessas. Você vence o inimigo e entrega a ele a rapadura. Ou seja, vencemos um fortíssimo preconceito de classe devido à desigualdade social e à desigualdade de classes, no Brasil, elegeram-se o Lula, o que era uma façanha capaz de romper – não de imediato, mas de criar o caminho para romper com a velha desigualdade brasileira, e nós entronizamos um mito que é anti-político, anti-luta de classes, e é um mito extremamente perigoso para a democracia e para os avanços sociais e políticos. O Lula converteu-se, realmente, no garantidor do capitalismo, o que é uma miséria.

JE – É possível ver um período pós-Lula, 2010, por exemplo?

Chico de Oliveira – Para ser sincero, até onde a vista alcança não se vê. Até onde a minha formação científica, sem nenhuma pompa, e combinada com a minha experiência política eu não vejo. O “lulismo” é a perversão da dominação, no Brasil. Ele é extremamente pernicioso porque, no fundo, diz que é possível resolver o problema da miséria, no Brasil, sem conflito. No fundo, é uma capitulação frente à desigualdade brasileira. Todo mundo louva, porque há um programa que faz com que os estratos mais pobres da população não passem fome. É uma posição ética difícil de

sustentar ser contra este programa, porque, é claro, estou de barriga cheia, mas este é o risco do que estou chamando de uma hegemonia às avessas. Você vence o inimigo principal e se rende a ele. O exemplo mais claro que tenho sempre à mão é o da África do Sul, que venceu um dos regimes mais nefandos da história do século XX. Qual é o resultado? Visite Joanesburgo, que terá a resposta. Rendição incondicional ao que estamos chamando de neoliberalismo que, na verdade, é um nome equivocado. Não se trata de neoliberalismo, se trata de um capitalismo impiedoso, implacável, sem resistência de classe.



JE – A Venezuela acabou de anunciar a nacionalização de uma gama de atividades. Este tipo de iniciativa tem fôlego para se alastrar?

Chico de Oliveira – Fôlego é o seguinte: desde que tenha uma base social, que, inclusive, tem uma identificação étnica muito forte que é capaz de, se mobilizada, defender e ir mais adiante no regime Chávez, a mesma coisa na Bolívia. É a primeira vez, na América Latina, em que regimes políticos se identificam profundamente com as bases étnicas da população. Isto é importante, porque é a base étnica que está dando sustentação à luta de classes. Como a Bolívia e nem a Venezuela têm uma forte estrutura industrial, eles não têm classe operária e tanto o Chávez quanto o Evo Morales vão pelo outro lado: apelaram para a identidade étnica, que é quem sustenta, na verdade. Essa é a minha esperança, de que isso seja suficiente e duradouro para topar e tentar as

transformações que devem existir. O Hugo Chávez não é um ditador. Ele está fazendo um esforço desesperado de integrar o seu país no Mercosul, porque o Mercosul viabiliza a Venezuela, da mesma forma que o Evo. Ao contrário do Brasil, onde a base étnica, apesar de que exista, porque, no fundo, todos nós somos negros e índios, mas isto não tem uma identificação nem étnica e nem política. Por quê? Porque o Brasil é uma sociedade já mais complexa. No Brasil, as identificações ou ocorrem pela estrutura de classes ou tem pouca viabilidade. Ninguém se remete como negro, no Brasil, e todos somos. Ninguém se reconhece como índio, e todos somos. Os estudos biológicos de DNA mais recentes sustentam que a formação do DNA brasileiro é majoritariamente indígena, ao contrário do que a gente pensa. **Pensamos que somos portugueses e negros, e as pesquisas nesse sentido dizem que somos fundamentalmente indígenas e negros, secundariamente. Isso nos dá alguma identidade étnica? Nenhuma. Então, esta sociedade só percorrerá caminhos de transformação pela via do conflito de classes clássico. É esta via de conflito de classes que está sendo anulada pelo mito do “lulismo”.**

JE – E tem perspectivas de alterar isto no médio, longo prazo?

Chico de Oliveira – Não tem, pois, a estrutura de classes, de fato, foi tão revirada, no Brasil, que você pode ver pelos tucanos. Eles se acham o partido da burguesia, mas a burguesia não acha isso, e está pouco se lixando com eles. Fernando Henrique Cardoso, com toda sua pompa e circunstância, grande “príncipe da sociologia brasileira”,

como acreditou uma vez ninguém menos do que Glauber Rocha, é um pavão vazio. Ele não representa burguesia alguma porque a estrutura de relações de poder mudou tanto, no que ele próprio foi ator importante, que a burguesia não tem partido, aqui. O partido da burguesia é o Estado. Por que o Lula é festejado? Porque ele disse que não ia romper contratos, e não rompeu! O Fernando Henrique se pavoneia por aí, fala bem, e mais nada, porque aquela antiga estrutura de classe sobre a qual se ergueu a sociedade e a própria esquerda construiu o seu discurso não existe mais. Então, a política de alguma maneira patina, rola sem atrito. Em outras palavras, conflito de classes não passa mais pela política. A política está à parte, é uma administração de egos, de corriolas, de panelas políticas, mas nenhum problema real da sociedade passa pela política formal. Não que passe fora da política, pois, no fim das contas, qualquer atitude no capitalismo é sempre uma atividade política, mas na política formal, aquela em que nós votamos, o conflito de classes passa ao largo. Ela não tem capacidade de intervir neste conflito. Daí que os partidos são irrelevantes. O Lula se elege com o PT e manda o PT para aquele lugar. O Fernando Henrique se pavoneia de grande representante dos novos interesses – ele não diz da burguesia porque como ex-marxista ele sabe que esta palavra tem um peso – e os novos interesses estão pouco se lixando com o que aconteça com ele. Talvez as burguesias saibam mais do que eu e mais do que qualquer outra categoria que a política não toca seus interesses. Então, a hegemonia às avessas, este conceito que estou trabalhando, baseado em Gramsci, é uma situação em que os dominantes consentem – o termo é gramsciano – em serem conduzidos politicamente pelos dominados, desde

que esse consentimento não afete os seus interesses reais. Tudo bem, e quem foi que disse isso? Não fui eu, tido como porra-louca, radical. **Foi Olavo Setúbal, representante, hoje, do maior banco privado brasileiro, que disse, em entrevista à Folha, dois ou três meses antes do primeiro turno das eleições, que tanto Serra quanto Lula eram conservadores. O que ele estava dizendo? Que eles estavam completamente seguros de que qualquer que fosse o resultado eleitoral os interesses deles não seriam tocados. Ora, uma política que não fere interesses não é política!**

E a ilusão da esquerda, na qual me incluo, foi sempre a de que as políticas anteriores é que eram de forte defesa do capital. Mas eram políticas que desequilibravam as relações de forças dentro do próprio capital. Quando se tem um Juscelino, que em cinco anos implanta uma indústria automobilística – é evidente que ele estava servindo aos interesses norte-americanos e alemães, sobretudo, mas ao fazer isto ele deslocou uma parte da força da antiga burguesia brasileira. Por que Goulart foi tão combatido e, finalmente, derrubado? Porque uma reforma agrária, de fato, liquidaria com os latifundiários como classe social e, portanto, como classe política. E por que Vargas era odiado pela burguesia brasileira? Até hoje São Paulo não tem uma rua chamada Getúlio Vargas? É uma burguesia que não reconhece seus heróis, como aquele que, na verdade, refez o Estado nacional, armou o Estado para as tarefas de desenvolvimento. Com os processos de globalização e com todas as privatizações, a burguesia está se lixando para os partidos políticos. Deixa que Lula cuida melhor, é o que Olavo Setúbal estava dizendo...

O artigo a seguir é um resumo da monografia “O trabalho e emancipação humana na obra de Karl Marx”, menção honrosa no Prêmio de Monografia Celso Furtado 2006, promovido pelo Corecon-RJ.

■ Leonardo Gomes de Deus
Economista

Emancipação humana constitui tema fundamental da obra marxiana, não como plataforma política, não como objetivo ideal, posto na cabeça de um filósofo, mas como possibilidade posta no próprio horizonte prático dos homens, isto é, na própria objetividade em que se desenvolvem as forças essenciais humanas. A propositura marxiana da emancipação humana não constitui uma instauração *ex nihilo*, como formularam os neo-hegelianos ou os socialistas franceses criticados por Marx. Trata-se, apenas, de prospecção de possibilidades sob as próprias condições do real que Marx busca desvendar.

Os textos que se analisaram ao longo da monografia ora sumarizada – *Crítica da Filosofia do Direito, Sobre a Questão Judaica, Crítica da Filosofia do Direito, de Hegel – Introdução, Glosas Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano”, Manuscritos Econômico-Filosóficos, A Ideologia Alemã* e os *Grundrisse* – marcam a ruptura de Marx com autores e produções ideais que, em geral, foram identificadas como sendo partes constitutivas de seu próprio pensamento. De fato, em 1913, no texto *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, Lênin afirma que “O marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política

inglesa e o socialismo francês. Vamos deter-nos brevemente nestas três fontes do marxismo, que são, ao mesmo tempo, as suas três partes constitutivas”.

Na verdade, pode-se constatar que a obra marxiana encerra uma ruptura radical e irreconciliável com a filosofia alemã, especialmente com Hegel, seu ponto culminante. Com efeito, a filosofia hegeliana representa para Marx uma verdadeira incompreensão do objeto que pretende explicar, por ser apenas a aplicação de uma lógica pronta, a

priori, que não dá a lógica específica do objeto específico e, por isso, não lhe capta a *differentia specifica*.

Essa formulação obscura e obscuradora acaba por ser uma afirmação do Estado e da lógica política, que na modernidade aparece como vida universal, vida abstrata contraposta à vida material e real desenvolvida pelos indivíduos na sociedade civil. Tal forma política abstrata é requisito essencial e consequência do desenvolvimento capitalista, da formação de uma sociedade em que vige a lei do valor.

Nessa sociedade, os equivalentes têm necessariamente que se trocar e, para tanto, a propriedade privada tem que ser reconhecida. A condição aparente da ordem do capital é que as mercadorias se troquem por seus valores, ainda que,

na essência, essa troca não se dê dessa forma, ou melhor, que o motor da valorização do capital seja justamente a troca de

trabalho vivo e trabalho não-pago, trabalho objetivado. A obra hegeliana, portanto, ao tomar o real existente como a verdadeira essência, representou uma reiteração do real e de sua racionalidade, sem se dar conta das condições objetivas em que esse real se põe, isto é, sem fazer sua crítica.

Crítica ao voluntarismo político

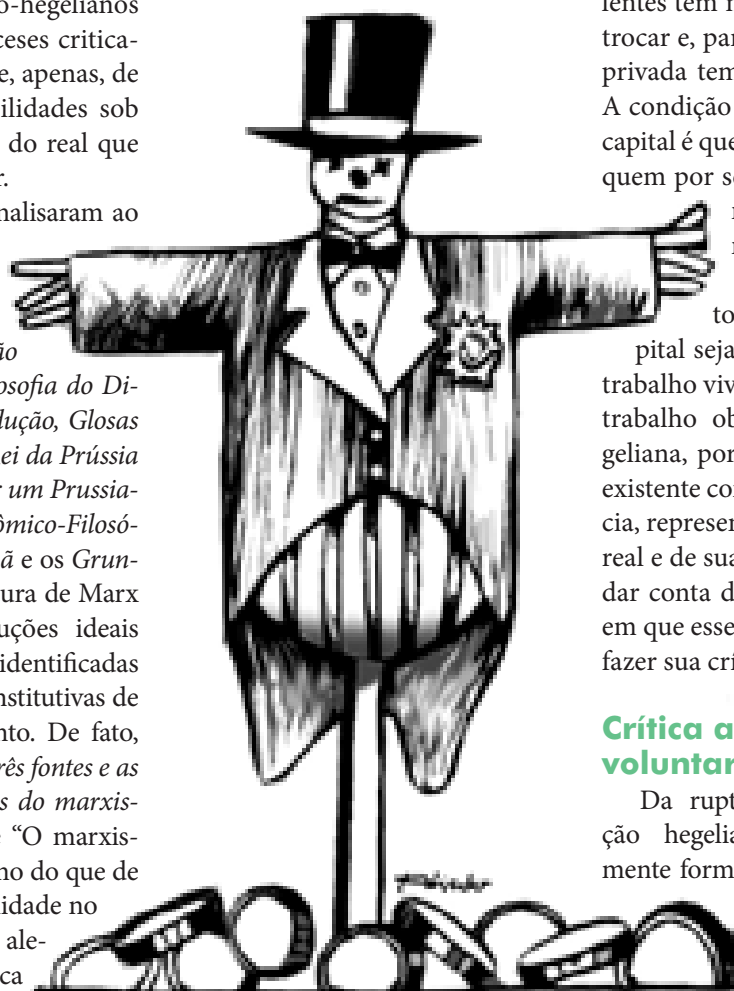
Da ruptura com a especulação hegeliana, Marx imediatamente formula a crítica o descarte da emancipação sob a forma política. A emancipação políti-

ca é aquela que, na verdade, constitui a alienação sem limites, a suprema libertação da sociedade de qualquer forma de limitação e, com isso, a afirmação da maior de todas as cadeias, a subordinação do trabalho ao capital, a mais aguda forma de negação de possibilidades humanas, ainda que efetiva e real possibilidade de sua superação.

Além disso, Marx critica o voluntarismo político e o desejo de transformações sociais por meio da vontade, o que nem sempre foi reconhecido, num século em que se acreditou que o Partido Comunista poderia realizar a emancipação na selva, por meio de decretos, como aconteceu no Camboja e na Mongólia.

Do exame da obra *Ideologia Alemã*, em sua totalidade, emerge uma crítica profunda aos socialistas, tanto alemães quanto franceses, justamente por buscar uma transformação social sem compreender a própria natureza prática da revolução, sem compreender que, sem condições objetivas de transformação, ou seja, sem o próprio desenvolvimento da força produtiva humana que se pretende emancipar, apenas distribui-se a miséria, conforme está consignado nos Manuscritos de 44.

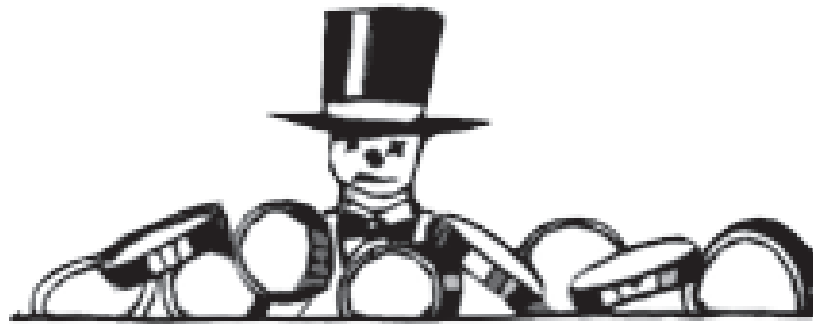
Cabe indicar que as limitações da política não residem apenas nas obras da chamada juventude, mas aparecem ao longo de toda a obra marxiana, o que se depreende, por exemplo, da análise que faz, em 1871, da Comuna de Paris.



Finalmente, a obra marxiana, desde muito cedo, isto é, em 1843, emerge como uma crítica da economia política e assim foi elaborada durante as décadas seguintes. Naturalmente, demonstrar que a obra marxiana é uma ruptura com os economistas que o precederam é expor a própria obra marxiana, tarefa para outros trabalhos.

O trabalho como propulsão

Por ora, pode-se afirmar que, diante do que se apresentou na monografia, o ponto de partida marxiano é diverso daquele dos economistas em geral, o que fica patente, sobretudo, ao se comparar o resultado de sua obra e o resultado mais palpável das obras daqueles que Marx buscou criticar: a desprezível ciência econômica contemporânea, que incorre nos mesmos erros que Marx criticou. Seu ponto de partida é justamente o indivíduo isolado, independente da história e, sobretudo, de sua existência como indivíduo social, enfim, o homem tornado mero objeto de necessidades animais, com uma dotação de capacidade de trabalho abstrata, que se lhe apresenta como dana-



ção, donde as funções de utilidade em que o trabalho entra sempre como des utilidade.

Essa a perversão básica que permite que se deduzam curvas de utilidade e, com isso, formulem-se os fundamentos microeconômicos da economia. Marx, ao contrário, parte de inafastáveis pressupostos reais: homens vivos e em intercâmbio com a natureza, produzindo seus meios de vida em sociedade, que não aparece com algo extrínseco, mas como sua própria essência. É do exame dessa potência social, dessa força produtiva em infinito desenvolvimento, que Marx pode captar a virtualidade da emancipação humana.

Trata-se, portanto, de formulação rigorosa, porque calcada na própria realidade que pretende explicar. Consiste em compreender o ser humano como ser social, cujo predicado essencial é a atividade sensível, o trabalho, a posição e autoconstituição do homem em intercâmbio com a natureza, a gerar infinitas, crescentes e novas necessidades.

Como Marx afirma no livro I, de *O Capital*, “Como produtor de valo-

res de uso, como trabalho necessário, o trabalho é, portanto, condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, necessidade natural eterna de tornar possível o metabolismo entre homem e natureza, portanto, de tornar possível a vida humana.”

A vida humana, da forma como a conhecemos, não pode existir sem trabalho e, para Marx, não se trata de uma necessidade subalterna, de uma necessidade animal que rebaixaria o homem, mas da própria essência humana, que, por isso, não merece de Marx qualquer juízo de valor, mas antes uma apreciação ontológica. Faz parte do estatuto ontológico do ser social humano o fato de trabalhar, gerar seus meios de vida e multiplicar ao infinito suas necessidades.

Diante disso, a emancipação humana representa a ultrapassagem da forma de produção capitalista, ela a primeira forma de produção eminentemente social, mas ainda sob o crivo do estranhamento e da alienação. Com efeito, o capitalismo gera um conjunto de

forças produtivas infinitas que se contrapõem ao homem e, em última análise, representam uma negação de sua vida. Para a superação do estranhamento, impõe-se que se supere a ordem do capital.

Essa ordem, conquanto social, que promova necessariamente o desenvolvimento de forças produtivas humanas, em seu desenvolvimento contraditório acaba por se engendrar como produção destrutiva, já que, em um dado ponto, a extração de mais-valia se torna inviável, ou seja, a extração de mais trabalho se torna mais e mais difícil, dado que o valor que o trabalho vivo adiciona ao trabalho objetivado se torna parcela ínfima.

Para tanto, o capital tem que se depreciar e destruir em maior quantidade do que seria necessário e, até mesmo, aceitável. Na forma emancipada de produção, ao contrário, livre das limitações da expropriação, a única barreira produtiva são as próprias condições produtivas e, nesse regime, o trabalho aparece como atividade própria, produção de riqueza, de determinações objetivas mais e mais complexas, ou seja, do próprio homem.

Correio: lgdeus@uol.com.br

Agenda de cursos

A partir de março, o Corecon-RJ inicia três cursos, dois deles sobre matemática e o outro sobre análise de investimentos. Para que você se mantenha em dia com as informações sobre a oferta de cursos do Conselho publicamos, a seguir, a agenda de cursos para os próximos meses.

MATEMÁTICA - 70 horas-aula - De março a outubro, às segundas-feiras, das 18h30 às 20h30 - Professor: André Gaglianone Kasprzykowski. Professor da disciplina Cálculo no Curso da Anpec - Economistas: R\$ 720,00 à vista ou R\$ 90,00 por mês, de acordo com interesse no tópico - Estudantes: R\$ 580,00 à vista ou R\$ 72,00 x 8

ANÁLISE DE INVESTIMENTO - 30 horas-aula - De 28 de março a 26 de abril, quartas e quintas-feiras, 18h45 às 21h30 - Professor: Eduardo Sá Fortes. Professor da UCAM - Economistas: R\$ 348,00 à vista ou R\$ 87,00 x 4 - Estudantes: R\$ 280,00 à vista ou R\$ 70,00 x 4

MATEMÁTICA APLICADA À TEORIA ECONÔMICA - 30 horas-aula - De 5 de março a 7 de maio, às segundas-feiras, de 14h30 às 17h - Professor: Carlos Maximiliano Monteiro. Professor da UCAM - Economistas: R\$ 330,00 à vista ou 4 x de R\$83,00 - Estudantes: R\$ 266,00 ou 4 x de R\$66,50

MATEMÁTICA FINANCEIRA - 30 horas-aula - De 27 de abril a 30 de maio - às quartas e sextas-feiras - das 18h45 às 21h30 - Professor: Sílvia dos Reis Alcântara Duarte. Professora do IBMEC - Economistas: R\$ 330,00 à vista ou 4 x de R\$83,00 - Estudantes: R\$ 266,00 ou 4 x de R\$66,50

MICROECONOMIA - 30 horas-aula - De 8 de maio a 10 de julho, das 18h45 às 21h30 - às terças-feiras - Professor: Jorge Claudio Cavalcante Lima. Professor da UFRJ. Economista BNDES - Economistas: R\$ 330,00 à vista ou 4 x de R\$83,00 - Estudantes: R\$ 266,00 ou 4 x de R\$66,50

ANÁLISE MACROECONÔMICA - 33 horas-aula - De 3 de maio a 19 de julho - das 18h30 às 21h30 - Professor: Carlos Maximiliano Monteiro. Professor da UCAM - Economistas: R\$ 380,00 à vista ou 4 x R\$95,00 - Estudantes: R\$ 304,00 ou 4 x R\$ 76,00

ESTATÍSTICA - 30 horas-aula - De 4 de julho a 3 de agosto - das 18h45 às 21h30 - às quartas e sextas-feiras - Professora: Marcia Marques de Carvalho. Professora da UCAM - Economistas: R\$ 348,00 à vista ou R\$ 87,00 x 4 Estudantes: R\$ 280,00 à vista ou R\$ 70,00 x 4

Informações e inscrições: www.economistas.org.br - Telefones: (21)2103-0118 e 2103-0119.

Rio não prevê gastos contra a dengue

Com a chegada do verão, cresce na população o medo de que outra epidemia de dengue se instale no Rio de Janeiro. Com a aparição da dengue hemorrágica, em 2002, o risco de vida aumentou consideravelmente.

Na década de 90, houve 41 mortes, no país. Já em 2002, os óbitos subiram para 150, quase quatro vezes mais. Em 2006, até outubro, já tinham sido registradas 61 mortes. Desta forma, com o perigo crescente da doença, a prevenção se tornou ainda mais necessária.

O intuito deste levantamento é mostrar a evolução dos gastos, por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro e da prefeitura do Rio, em ações de combate à epidemia da dengue, comparando-os com a incidência de casos no país.

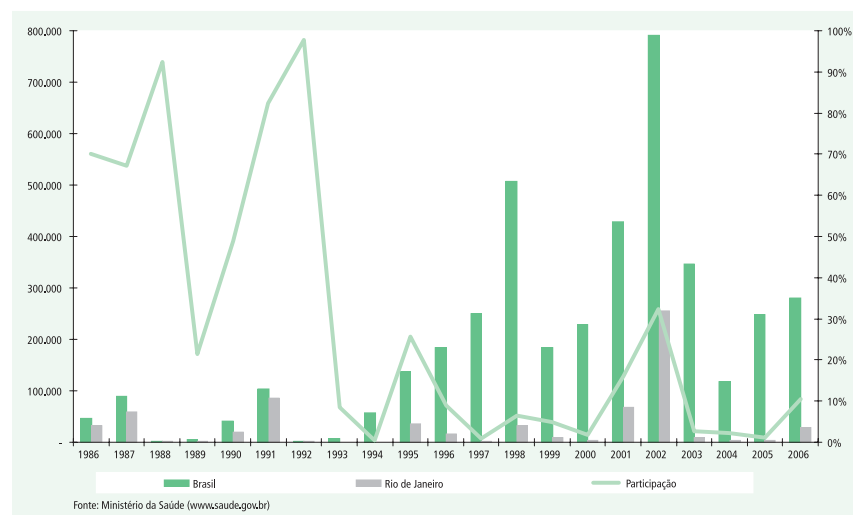
Uma série de dificuldades se apresenta para o levantamento de dados. A principal delas é a inexistência ou descontinuidade dos Programas de Trabalho (PTs) específicos. Deve ser re-

gistrado que as atribuições do estado e do município são diferentes, porém, não é objetivo desta análise questionar este ponto, mas simplesmente mostrar a evolução dos gastos no combate à dengue e dos casos registrados.

O que está nas leis orçamentárias estaduais

O governo do Estado do Rio de Janeiro não tem, atualmente, nenhum PT específico ao combate à dengue. Em 2003, havia um, oriundo de emenda parlamentar. Porém, não foi executado. Excetuando este, não há nenhum outro programa exclusivo, desde 2001, pelo menos.

O histórico de PTs referentes ao controle epidemiológico, a partir de 2001, é bastante simples. Eram dois, em 2001: “Ações de epidemiologia e controle de doenças” e “Epidemiologia, controle de doenças e programa de saúde”. Aquele não foi repetido nos anos seguintes, enquanto este foi variando de subfunção ou nome.



Em 2002 e 2003, o nome era o mesmo e o PT, assim como em 2001, era contabilizado na subfunção “Atenção Básica”. A partir de 2004, o PT passou a constar na subfunção “Vigilância Epidemiológica” e a ser denominado de “Vigilância Epidemiológica de Doenças”. Atualmente ele é denominado como “Vigilância em Saúde”. A partir de 2005, o PT “Vigilância Epidemiológica de Doenças” passou a ser denominado “Vigilância em Saúde”, sendo o seu nome repetido em 2006 e no Projeto de Lei Orçamentária para 2007.

Os casos de dengue, no Rio de Janeiro, voltaram a aparecer em 1986, já com mais de 35 mil casos. Desde então, novos casos são registrados todos os anos. O ano com menor ocorrência foi 1994, com 287 casos. A maior incidência foi em 2002, com mais de 255 mil casos e 150 óbitos. No gráfico ao alto temos a evolução dos casos de dengue no Brasil e no Rio de Janeiro, e sua participação relativa.

Os gastos

Temos ao lado gráfico e quadro com a evolução dos gastos consolidados dos PTs diretamente relacionados ao combate e prevenção da dengue e o número de casos registrados.

A partir dos dados acima, não é possível fazer uma relação direta entre o que é gasto e a quantidade de casos de dengue, em um mesmo ano. Infelizmente, houve uma forte re-

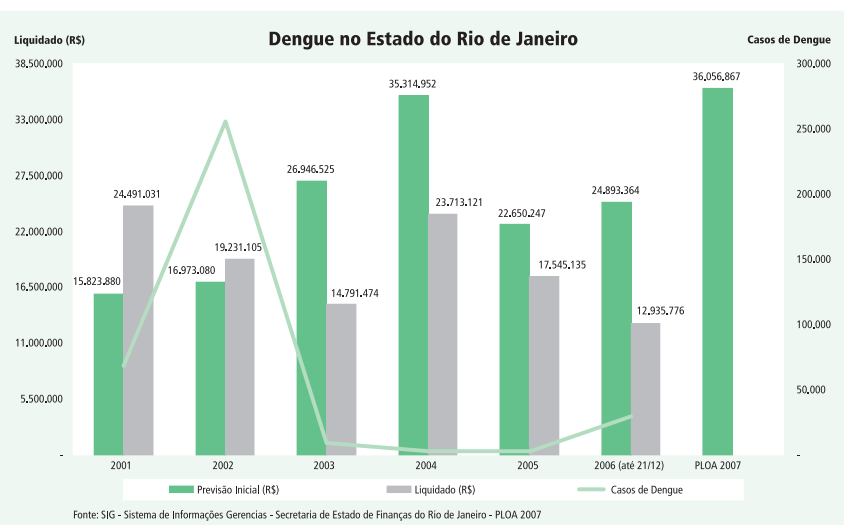
dução dos gastos, em 2002 (-21,5% frente a 2001), justamente no ano da maior epidemia. Nesse ano, o gasto caiu de R\$ 24,5 milhões para R\$ 19,3 milhões, o que é inexplicável.

Seguindo essa mesma política, houve nova redução de gastos em 2003, frente a 2002, porém, nesse ano houve uma queda drástica dos casos de dengue. Enquanto a queda dos gastos foi de 23,1%, passando para R\$ 14,8 milhões, os casos de dengue caíram de 225 mil para pouco mais de 9 mil.

Em 2004, os gastos voltaram a crescer (60,3%, frente a 2003, alcançando R\$ 23,7 milhões), ao mesmo tempo em que a dengue recuou. Porém, esse crescimento, apesar de expressivo, não foi suficiente para recompor as quedas dos anos anteriores, ficando 3% (em termos nominais) abaixo do que foi gasto em 2001. Se considerássemos a inflação do período, essa diferença ficaria acima dos 30%. Pelo menos, e o que é mais importante, os casos de dengue decresceram novamente, atingindo 2.682 casos.

Já em 2005, o quadro se inverte totalmente. Os gastos voltaram a cair (-26% ou R\$ 17,5 milhões), ao mesmo tempo em que os casos de dengue cresceram, registrando-se 2.900 ocorrências (+8% em relação a 2004).

Em 2006, a tendência ao agravamento da situação se acentuou. Os gastos, até 21/12, atingiram R\$ 12,9 milhões, enquanto os casos subiram



Ano	Previsão Inicial (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Casos de Dengue
PLOA 2007	36.056.867	-	-	-
2006*	24.893.364	12.935.776	52%	29.360
2005	22.650.247	17.545.135	77%	2.900
2004	35.314.952	23.713.121	67%	2.682
2003	26.946.525	14.791.474	55%	9.242
2002	16.973.080	19.231.105	113%	255.493
2001	15.823.880	24.491.031	155%	68.438

* liquidado até 21/12 e casos de dengue até outubro

Fonte: SIG - Secretaria de Finanças do RJ - PLOA 2007

para 29.360 (até outubro). Isso representa uma diminuição dos gastos de 26,3%, em relação ao que foi gasto em 2005, e um aumento de mais de 900% nos casos de dengue. Esse aumento deve ser maior, porque estamos comparando os casos de dengue de todo o ano de 2005 em relação ao

período janeiro/outubro de 2006.

Para 2007, a previsão de gastos no Projeto de Lei Orçamentária é de R\$ 36 milhões. Porém, como pode ser observado nos quadros acima, essa previsão não é garantia efetiva de dispêndio. Com as grandes autorizações para que o Poder Executivo

faça alterações no orçamento, essas dotações podem ser remanejadas. Isto fica evidente quando comparamos o que foi previsto com o que foi executado. Em 2001 e 2002, a execução superou a previsão inicial. Mas, a partir de então, a execução ficou abaixo do que foi estimado. Na mé-

dia, de 2003 a 2006, a execução foi de 63% do previsto. De qualquer forma, a previsão de R\$ 36 milhões é um estímulo, pois representa um crescimento de 45% em relação a 2006 e permite que se executem ações efetivas logo no início do ano, sem grandes dificuldades.

O município do Rio

Até 2001, último ano antes de a prefeitura adotar o novo sistema de classificação dos Programas de Trabalho, as ações do município no combate à dengue se encontravam no subprograma Vigilância Sanitária, pertencente à função Saúde e Saneamento. Já na nova codificação, elas foram alocadas na subfunção Vigilância Epidemiológica, em Urbanismo. Até 2002, a prevenção à dengue ficou ao encargo da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), entre dois PT's: Pessoal do Programa de Erradicação do Aedes Aegypti; e Programa de Erradicação do Aedes Aegypti – Programa SMS/MS.

Em 2003, a dengue voltou a ter um programa ligado à função Saúde, com a adição de um PT específico de prevenção à dengue, além dos criados em 2002. Estas mesmas ações foram mantidas em 2004.

No ano seguinte, o "Programa de Erradicação do Aedes Aegypti" foi extinto. Em 2006 os outros dois PT's também foram extintos, restando apenas um, oriundo de emenda parlamentar, porém, não executado. Para 2007, não consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual nenhuma ação específica de combate à dengue.

Nesta análise também foi verificada a existência de Programas de Trabalho indiretamente relacionados à prevenção da doença. Estas ações estão relacionadas basicamente à drenagem urbana, controle de zoonoses e à vigilância sanitária, com algumas variações ao longo dos anos.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, a dengue ressurgiu no Rio em 1986, quando a partir de então, a doença se tornou endêmica, apresentando anos epidêmicos. Em

2002, houve a última grande epidemia de dengue, com mais de 138 mil casos. Após esse ano, os casos de dengue apresentaram redução significativa, se mantendo até 2005 em torno de mil ocorrências por ano.

Em 2006, essa tendência se altera. Até o mês de novembro foram registrados 13.747 casos. Esse crescimento deve ser ainda maior já que dezembro costuma apresentar uma grande quantidade de casos. Em alguns anos este é o mês com o maior número deles.

Os gastos

Em 2001, foram quase R\$ 6 milhões nas ações diretas de combate à dengue, com 26.667 casos. No ano seguinte, houve aumento de 22% nos gastos (R\$ 7,2 milhões), porém, não foram suficientes para conter a epidemia que infestou a cidade, com mais de 138 mil notificações.

Em resposta à crise de 2002, houve crescimento significativo dos gastos, em 2003 (+ 148%). Neste ano, foram executados mais de R\$ 18 milhões nessas ações, ao mesmo tempo em que houve uma redução ainda

mais expressiva, com pouco mais de 1.600 ocorrências.

No ano seguinte, curiosamente, observou-se uma nova redução dos casos, bem como dos gastos em ações preventivas. Essas reduções, em comparação com o ano anterior, ficaram na casa dos 60% para ambos os dados analisados, com 547 casos e pouco mais de R\$ 7 milhões em ações preventivas.

Em 2005, a tendência se inverte, com quase mil casos, um incremento de 80%. Ao mesmo tempo, os gastos cresceram ainda mais intensamente (122%), atingindo R\$ 15,8 milhões.

Como mencionado, em 2006 havia apenas um programa específico ao combate a dengue, mas que não foi executado. Os casos de dengue aumentaram extraordinariamente, superando, até novembro, os 13.700 casos.

Para 2007, não há no Projeto de Lei Orçamentária nenhum PT específico ao tema.

É fundamental ressaltar que, apesar dos gastos em ações específicas não estarem previstos no PLOA de 2007 e de não terem sido executados em 2006, ocorreram gastos em ações indiretas. Até novembro, mais de R\$ 21,8 milhões foram liquidados, o que representa forte aumento em re-

lação a 2005, quando foram R\$ 13,2 milhões. No consolidado dos gastos em ações diretas e indiretas, até novembro de 2006 foram executados R\$ 21,8 milhões, enquanto em 2005 esse valor é de R\$ 29 milhões.

Para 2007, estão previstos no PLOA, cerca de R\$ 37 milhões, somente em ações indiretas, mas, infelizmente, a previsão volumosa de recursos não garante que eles sejam efetivamente gastos nessas áreas. Assim como no estado, o Poder Executivo municipal tem, normalmente, uma grande autorização para fazer remanejamentos das dotações orçamentárias. Desta forma, o que é previsto nem sempre é executado. Em média, o percentual executado das ações diretas previstas é de 69%, enquanto que o das ações indiretas é de 78%.

A baixa execução orçamentária para ações de combate e prevenção à dengue é um dos motivos para o estado de alerta. Em meio à crise prevista é necessário que a prefeitura assuma a responsabilidade de prevenção ao combate da dengue, criando programas de trabalho mais representativos e aumentando imediatamente os investimentos nessa área, para se evitar possível epidemia.

Ano	Ações Diretas			Ações Indiretas			Casos de Dengue
	Previsão Inicial (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	Previsão Inicial (R\$)	Liquidado (R\$)	% Liquidado	
2001	7.896.000	5.957.264	75%	n.d.	n.d.	n.d.	26.667
2002	9.867.855	7.263.090	74%	12.041.956	14.457.589	120%	138.027
2003	22.732.336	18.040.114	79%	21.887.500	16.224.492	74%	1.607
2004	19.392.242	7.127.660	37%	18.424.135	13.005.980	71%	547
2005	18.397.439	15.835.345	86%	13.854.577	13.199.155	95%	983
2006*	10.000	-	-	34.042.083	21.807.955	64%	13.747
PLOA 2007	-	-	-	37.288.058	-	-	-

* Até novembro

Fonte: FINCON; Prestação de Contas do Município do Rio de Janeiro, 2001 a 2005. PLOA 2007

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão: Economista Luiz Mario Behnken – Estagiários: Camila Barbosa e Rodrigo Nunes. Participação para este artigo de Renato Elman, colaborador do FPO-RJ e assessor do Deputado Estadual Alessandro Molon (PT-RJ).

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico

Matéria de O Globo é a vencedora

A reportagem “Contas polêmicas: custo do trabalho em xeque”, de Cássia Almeida, publicada em 20 de novembro de 2005, no Caderno Economia, do jornal *O Globo*, foi a vencedora do III Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico, edição 2006.



Na matéria, a repórter problematiza questões sempre abordadas pelo pensamento neoliberal, como o alto custo da mão-de-obra e a necessidade de flexibilização da legislação trabalhista, a partir das conclusões expostas pelo sociólogo

Adalberto Cardoso, do Iuperj, e a advogada Telma Cardoso, no livro “As normas e os fatos. Desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil”. Entre as conclusões a que os autores chegaram, está a de que o custo da demissão, no país, é um dos mais baixos comparado com outros países da América Latina.

O segundo lugar ficou com o jornalista Rogério Lessa, do jornal *Monitor Mercantil*, pela reportagem “Transfusão de renda à moda ‘Hood Robin’”, que mostra o aumento da participação dos ricos na renda nacional, desde 1980, e que foi publicada em 26 de julho de 2006. O terceiro lugar ficou com um dos representantes da chama-

da imprensa alternativa, o jornal *Inverta*, que, na edição de 10 a 22 de fevereiro de 2006, no caderno de economia, publicou a reportagem “O reajuste do salário mínimo e o seu valor histórico”, do jornalista Julio César de Freixo Lobo.

A entrega das premiações será em março, em data ainda a ser divulgada. O primeiro lugar receberá o prêmio de R\$ 4 mil, cabendo ao segundo colocado a premiação de R\$ 2 mil, além do diploma de classificação. O terceiro colocado receberá certificado de menção honrosa, mais os dois volumes das *Obras Reunidas de Ignácio Rangel* e os livros “O conceito de tecnologia”, de Álvaro Vieira Pinto, e “O pensamento econômico brasileiro”, de Ricardo Bielschowsky.

Corecon-RJ aplica descontos máximos

Publicamos, a seguir, as novas tabelas de pagamento da anuidade dos economistas ao Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, neste ano, conforme a resolução 033/06, do Corecon-RJ, publicada no D.O. do Rio de Janeiro, em 15 de dezembro do ano passado.

■ O Conselho decidiu praticar os descontos máximos autorizados pelo Cofecon, sendo que, a partir de 31 de março, os valores serão corrigidos pela variação mensal do INPC, apurado pelo IBGE, acrescidos de 1% de juros ao mês.

Por ser considerada um tributo, juridicamente, a anuidade não é passível de anistia, salvo por força de lei. A opção de pagamento parcelado fixa uma correção de 0,3%, ao mês, e se mesmo assim houver

dificuldades para o pagamento da contribuição é possível negociar novas formas, através da Secretaria de Registros do Conselho, tanto via correio eletrônico (registro@corecon-rj.org.br) quanto pelos telefones (21) 2103-0113/15.

Com as anuidades em dia, os profissionais podem usufruir de descontos nos cursos e convênios promovidos pelo Conselho. Em alguns, casos a economia proporcionada é superior ao valor da anuidade paga.

ANUIDADE 2007 - PESSOA FÍSICA

Vencimento	Descontos (%)	Valores (R\$)
Até 05/02/2007	10%	240,30
Até 05/03/2007	5%	253,65
Até 31/03/2007	Valor Integral	267,00

Obs.: Após o dia 31/03/2007 os valores serão corrigidos pela variação mensal do INPC-IBGE acrescidos de 1% de juros ao mês.

ANUIDADE 2007 - PESSOA JURÍDICA

Faixas De Capital	Valor Único (R\$)
Sem capital destacado ou com capital até R\$ 3.585,11	326,46
Acima de R\$ 3.585,12 até R\$ 17.929,99	405,08
Acima de R\$ 17.929,99 até R\$ 35.861,08	485,88
Acima de R\$ 35.861,08 até R\$ 179.307,60	732,64
Acima de R\$ 179.307,60 até R\$ 358.615,20	895,33
Acima de R\$ 358.615,20 até R\$ 717.231,50	1.058,02
Acima de R\$ 717.231,50 até R\$ 2.151.694,51	1.301,51
Acima de R\$ 2.151.694,51 até R\$ 6.455.366,49	1.952,27
Acima de R\$ 6.455.366,49 até R\$ 12.910.167,03	2.732,95
Acima de R\$ 12.910.167,03	3.825,92

Obs.: Após o dia 31/03/2007 os valores serão corrigidos pela variação mensal do INPC-IBGE, acrescidos de 1% de juros ao mês.